

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 5 / 2023

### CARGO

## PEDAGOGO – ÁREA: EDUCACIONAL

### INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

- \* Verifique se este caderno contém 25 questões. Caso não contenha, solicite imediatamente ao fiscal de sala outro caderno.
- \* Você dispõe de 2 horas para responder a todas as questões e preencher o cartão-resposta.
- \* Para cada questão existe apenas uma resposta certa.
- \* Poderá utilizar a grade ao final do caderno para marcar previamente as respostas.
- \* Transcreva as respostas para o cartão resposta, preenchendo totalmente o círculo com caneta esferográfica com tinta preta ou azul escuro, não sendo permitido o uso de caneta porosa ou corretivo líquido.
- \* O telefone celular desligado, controle remoto e relógio devem estar dentro do envelope devidamente identificado e lacrado.
- \* Para se dirigir ao fiscal, erga o braço e aguarde o atendimento.
- \* Não é permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico dentro do prédio de provas, mesmo após a entrega da prova.
- \* Durante a realização da prova não será permitido o uso de livros, manuais, impressos, anotações, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular de qualquer tipo, BIP, MP3 player ou similar, gravador ou qualquer outro receptor de dados ou mensagens, qualquer tipo de controle remoto, protetor auricular, fones de ouvido, prótese auditiva, óculos com lentes escuras, relógio ou qualquer acessório na cabeça.
- \* É proibido fumar no interior do prédio de provas.
- \* O cartão resposta, se danificado pelo candidato não será substituído.
- \* A entrega da prova só poderá ocorrer depois de transcorrida uma hora do horário de início.
- \* Ao terminar a prova, deverá ser entregue, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, seu cartão resposta devidamente assinado, podendo levar consigo o caderno de questões.
- \* Após a entrega da prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do prédio de aplicação da prova, não sendo permitido, nesse local, o uso dos sanitários.
- \* Será excluído do concurso o candidato que agir com incorreção ou descortesia com qualquer pessoa da equipe encarregada da aplicação das provas ou candidato participante do processo.
- \* Os dois últimos candidatos que permanecerem em sala de prova, só poderão retirar-se conjuntamente e após sua assinatura na ata de presença.

1. Gimeno Sacristán (2000) ressalta a ênfase dada pelos procedimentos de avaliação sobre os componentes curriculares, configurando assim mais um aspecto da transformação do currículo dentro das condições escolares. Sobre o currículo avaliado, analisa as afirmações abaixo.

I - A avaliação realizada na perspectiva da validade mecânica dos métodos desenvolvidos pelos professores expressa a baixa capacidade crítica sobre a realidade do currículo e a qualidade do ensino.

II - Um professor realiza o ato de avaliar de maneiras muito semelhantes, mas sempre revestido de um estilo pedagógico pessoal, com fortes concomitâncias com o tipo de comunicação que mantém com seus alunos.

III - A avaliação tem um alto poder de configurar realidades sociais e pedagógicas dentro da aula, é produto de pressões institucionais e de um controle que se realiza tecnicamente através do modelo de tarefas dominante.

IV - O professor, na avaliação de seus alunos, tem a capacidade de manejar um número extenso de categorias para avaliar e emitir juízos sobre os mesmos.

V - O diagnóstico e a avaliação pedagógica podem ser monopolizados ou compartilhados por psicólogos, por não exercerem ameaça ao trabalho educativo no sentido de reorientar, de forma constante, a ação de ensino.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmações:

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e III.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

2. O termo "ação afirmativa" é de conceituação ampla e carregado de sentidos, o que reflete os debates, os recursos ou os direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido. Sobre essa temática, é **CORRETO** afirmar que:

- a) as cotas, enquanto modalidades de ação afirmativa, correspondem à reserva de uma porcentagem variável de postos disponíveis para serem preenchidos por beneficiários de um determinado grupo.
- b) a ação afirmativa, embora incompatível com a eficiência institucional, identifica talentos que, de outra forma, seriam perdidos por causa da pobreza e de outros obstáculos sociais produzidos pela discriminação.
- c) a ação afirmativa, da mesma maneira que as políticas antidiscriminatórias punitivas, se justifica tanto como instrumento para prevenir a discriminação presente quanto como reparação dos efeitos de discriminação passada.
- d) a ação afirmativa, embora capaz de beneficiar os indivíduos e grupos sociais mais marginalizados, foi acusada de não poder combater a grave desigualdade social.
- e) o bônus, uma das modalidades de ação afirmativa, corresponde a pontos extras dados aos candidatos provenientes de determinados grupos, contudo, não garante que a inclusão dos beneficiários seja significativa.

3. Quanto às análises desenvolvidas por Gimeno Sacristán (2000) a respeito da teoria do currículo, assinala com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo.

- ( ) O currículo comum na educação obrigatória é inerente a um projeto unificado de educação nacional, é homogêneo e implica a expressão de um tipo de normalização cultural.
- ( ) O sistema curricular é objeto de regulações econômicas, políticas e administrativas, tendo implicações na ordenação do sistema educativo, sem, com isso, controlar a educação como sistema ideológico.
- ( ) As posições pedagógicas, frente a problemas relacionados com o ensino e com os conteúdos do currículo, são independentes da mentalidade, cultura global e atitudes de determinado professor.
- ( ) Os professores intervêm na realização do currículo na sua prática, ao agrupar ou separar saberes, determinando parcelas culturais, regulando a promoção dos alunos, definindo currículo obrigatório e currículo optativo, entre outros.
- ( ) A administração deve regular o sistema curricular enquanto um elemento de política educativa que ordena o sistema escolar, propondo, sempre que necessário, um modelo definitivo do desenvolvimento técnico-pedagógico.

A ordem **CORRETA** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – V – F.
- b) V – V – V – V – V.
- c) F – F – F – V – V.
- d) F – V – V – V – F.
- e) V – F – V – F – V.

4. Cunha (2000) apresenta reflexões sobre as condições do ensino superior, afirmando que a docência universitária implica planos e contextos mais amplos do que a mera discussão pedagógica. Sobre isso, somente está **CORRETO** que:

- a) o modelo histórico do ensino superior no Brasil esteve centrado sobretudo na geração de novos conhecimentos.
- b) o modelo empresarial e de mercado de formação presente no ensino superior caminha sem prejuízo a uma visão ampla e integrada de sociedade.
- c) a cultura é um elemento fundamental que atravessa a relação entre a teoria acumulada e o aprendiz.
- d) os currículos, na perspectiva neoliberal, privilegiam espaços para discutir a ciência, bem como a universidade e suas funções, a partir das relações de poder que regulam o institucional e o estrutural.
- e) é exigida do professor universitário uma inserção no campo das ciências humanas e sociais para compreensão de sua tarefa como educador.

5. Sobre as problematizações trazidas por Cunha (2000; 2014), com relação aos processos de formação do professor universitário, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) a concepção de formação não é neutra, sendo imprescindível analisá-la em uma perspectiva que se distancie da compreensão meramente técnica e negadora de subjetividades.
- b) as ações de formação dos professores nem sempre são acompanhadas ou são objeto de avaliação de percurso e, muitas vezes, sua eficácia é questionada, especialmente em relação aos recursos econômicos destinados para esse fim.
- c) o desenvolvimento profissional, em uma perspectiva de capital cultural próprio, desconhece o contexto de trabalho como produtor de subjetividades e culturas.
- d) o professor universitário possui formação voltada para os processos de ensino e aprendizagem pelos quais é responsável quando inicia sua vida acadêmica.
- e) a organização de uma política de formação docente institucional requer uma concepção de formação ligada à prática docente e que compreenda a inovação e a formação como elementos complementares da organização e da política formativa.

6. Para Sacristán (2000), a valorização do conhecimento é uma dimensão importante na configuração de um estilo pedagógico, uma orientação curricular ou uma determinada orientação filosófica sobre a educação. Sobre isso, é **CORRETO** afirmar que:

- a) o campo de estudo do currículo surgiu a partir de uma necessidade intelectual associada à proposição de soluções no campo da administração escolar.
- b) o pensamento pedagógico progressista e científico na atualidade, marcado pelo domínio do psicologismo sobre o discurso pedagógico, denota uma “pedagogia vazia” de conteúdos culturais.
- c) as forças políticas e econômicas desenvolvem pressões na configuração dos currículos, sem, necessariamente, determinar seus conteúdos e métodos de desenvolvê-los.
- d) todo modelo educativo é uma opção cultural nem sempre determinada no processo de ensino e aprendizagem.
- e) o currículo é uma práxis e, ao mesmo tempo, um objeto estático que desempenha distintas missões em diferentes níveis educativos.

7. A Lei nº. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece, entre diversas questões, os deveres desses servidores. Considerando isso, são deveres dos servidores públicos de que trata a referida Lei, **EXCETO**:

- a) ser leal às instituições a que servir.
- b) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- c) levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.
- d) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- e) não atender à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.

8. A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), em seu art. 46, estabelece que a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de Educação Superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. Após passar pelo processo de avaliação, a instituição terá um prazo determinado para atender às deficiências identificadas pelos avaliadores. No prosseguimento do processo, a instituição passará por uma reavaliação. Marque a alternativa que indica, **CORRETAMENTE**, os possíveis resultados de tal avaliação para a instituição.

- a) Poderá resultar em desativação de cursos e habilitações das licenciaturas, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas de autonomia ou em descredenciamento.
- b) Poderá resultar em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão total de prerrogativas de autonomia ou em descredenciamento.
- c) Poderá resultar em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão de prerrogativas de gestão de recursos ou em descredenciamento.
- d) Poderá resultar em desativação de cursos, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas de autonomia ou em estabelecimento de novo prazo para credenciamento.
- e) Poderá resultar em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas de autonomia ou em descredenciamento.

9. A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu art. 30, prevê que devem ser adotadas determinadas medidas nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas. Com base nisso, analisa as afirmações abaixo.

- I - flexibilização de conteúdo programático garantindo acessibilidade ao candidato com deficiência;
  - II - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
  - III - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
  - IV - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
  - V - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
  - VI - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
  - VII - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.
- Constituem medidas a serem asseguradas à Pessoa com Deficiência (PcD), **EXCETO**:

- a) A afirmação I.
- b) A afirmação VII.
- c) A afirmação III.
- d) A afirmação II.
- e) A afirmação VI.

10. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem como objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação;
- V – promover o acesso ao ensino superior.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmações:

- a) I, IV e V.
- b) I, II, III e V.
- c) I e II.
- d) I, II, III e IV.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

11. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. Nessa direção, o art. 28. afirma que é dever do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar uma série de condições de acesso e permanência da pessoa com deficiência em espaços e processos de formação. Considerando o dever do Estado de garantias no que diz respeito à educação superior e à educação profissional e tecnológica, analisa as afirmações abaixo.

- I - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- II - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades, provendo as condições curriculares necessárias ao progresso do indivíduo;
- III – acesso à educação superior e à educação profissional tecnológica considerando as particularidades especiais dos indivíduos;
- IV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- V - inclusão de disciplinas curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmações:

- a) II e III.
- b) I e IV.
- c) I e V.
- d) III e V.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

12. Uma das buscas pedagógico-administrativas das universidades públicas brasileiras é a efetivação da tríade entre ensino, pesquisa e extensão. O fazer acadêmico, de forma geral, denota ainda a dificuldade em superar a dicotomia entre o ensinar, o pesquisar e as práticas extensionistas. Para estudiosos do campo, o grande desafio é construir uma estrutura organizacional que avance na segmentação que caracteriza a tradição acadêmica, que afirma a divisão social do trabalho na qual alguns decidem e outros levam a efeito, um paradigma empresarial burocrático e tecnicista (MAZZILLI, 2011). Diante disso, analisa as afirmações abaixo.

I - a existência de projetos institucionais que anunciem as diretrizes e os compromissos que os orientam e as ações previstas para sua realização.

II - projetos coletivos de trabalho, associando ações acadêmicas e administrativas.

III - práticas de avaliação institucional abrangendo todo o trabalho realizado pela universidade, como instrumento de autoconhecimento institucional.

IV - modelos de gestão que possibilitem a participação de todos os segmentos no processo de decisão e de avaliação do trabalho acadêmico.

V - modelos de gestão centralizada com a participação por representação dos diferentes segmentos nas decisões.

VI - corpo docente com sólida formação científica e pedagógica, organicamente vinculado ao projeto da universidade.

VII - corpo docente com formação de, no mínimo, 70% de doutores.

VIII - corpo docente com formação de, no mínimo, 75% de doutores.

IX - condições materiais para a realização do projeto pretendido.

X - destinação mínima de recursos orçamentários a partir do desempenho demonstrado nas avaliações externas.

Com base em Mazzilli (2011), são exigências para o avanço na relação entre ensino, pesquisa e extensão, **EXCETO**:

- a) III, V e VII.
- b) I, VII, VIII e X.
- c) IV, VIII e IX.
- d) II, V, VIII e X.
- e) V, VII, VIII e X.

13. Nos termos do art. 207 da Constituição Federal de 1988, que trata das Universidades, analisa as afirmações abaixo.

I – as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

II – é obrigatório às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

III – o disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa e ensino.

Está(ão) **CORRETA(S)** apenas a(s) afirmação(ões):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

14. A Declaração Mundial Sobre Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 1998), resultante da Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada em Paris em 1998, é um marco nas discussões acerca da promoção da justiça social na Educação Superior. De igual forma, pode-se citar o Comunicado publicado ao final da Conferência Mundial sobre Educação Superior de 2009 (UNESCO, 2009), o qual preconiza a necessidade de efetivar as metas de igualdade de acesso e qualidade da Educação Superior. Tais documentos destacam que a igualdade precisa ultrapassar o aspecto do ingresso e contemplar a conclusão dos estudos através de políticas de auxílio financeiro e educacional aos estudantes provenientes de regiões pobres e/ou marginalizadas (PEIXOTO, 2017). Marca a alternativa que descreve, **CORRETAMENTE**, as políticas públicas que buscaram garantir a igualdade de acesso, permanência e conclusão no Ensino Superior no Brasil nas últimas décadas.

- a) A expansão das instituições federais, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Plano Nacional de Assistência Estudantil, a Lei de Cotas e a Política para Educação Tecnológica.
- b) A expansão das instituições federais, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, a Lei de Cotas e a Política para educação Tecnológica.
- c) A expansão das instituições federais, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a Lei de Cotas, o Plano Nacional de Assistência Estudantil e a Lei nº 10.639/2003.
- d) A expansão das instituições federais, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Plano Nacional de Assistência Estudantil, a Lei de Cotas e a Política para a Educação Superior Privada (PROUNI).
- e) A expansão dos Institutos Federais, a Lei de Cotas e a Política para a Educação Superior Privada (PROUNI).

15. As conquistas do movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) para a assistência estudantil na Educação Superior foram fundamentais para o desenvolvimento da Universidade que temos hoje. Por isso, é necessária “a construção de uma proposta de educação de fato transformadora e com uma política de assistência estudantil capaz de igualar o acesso e a permanência no ensino superior de todos (...)” (JESUS; MAYER e CAMARGO, 2016).

Sobre o texto citado acima, assinala a alternativa **INCORRETA**.

- a) O acesso e a permanência no Ensino Superior são mobilizados historicamente pela UNE e pelo FONAPRACE.
- b) A UNE representa o interesse dos estudantes e propõe debater, no âmbito do Estado, uma política de Educação que possibilite a equiparação de Força entre as classes sociais.
- c) A percepção da relevância da implantação e regulamentação de uma política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pautada no aumento da qualidade de vida e melhores condições de estudo e sociabilidade para os discentes do ensino superior brasileiro não se tornou incômoda a partir do aumento do quadro de alunos ingressos, especialmente, após o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Diretrizes Gerais (REUNI, 2007).
- d) A ditadura Militar perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes.
- e) A Assistência Estudantil busca, segundo o Ministério da Educação (2013), “atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte de apoio acadêmico e de outras condições (...)”.



16. Para assinalar com V (verdadeiro) ou F (falso) analisa as alternativas abaixo, considerando as ideias apresentadas no texto "A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira".

- ( ) O foco do texto é questionar em que medida as ações de assistência estudantil podem dificultar o acesso, a permanência e diplomação na educação superior.
- ( ) A assistência estudantil possibilita os recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, minimizando situações de abandono e trancamento de matrícula.
- ( ) A assistência estudantil tem grande relevância no contexto brasileiro devido as suas altas taxas de desigualdade social.
- ( ) A assistência estudantil é um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública.
- ( ) Dificuldades de cunho econômico não interferem na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda.

A ordem **CORRETA** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – F – V.
- b) F – F – F – F – V.
- c) F – V – V – V – F.
- d) F – F – V – V – F.
- e) F – V – V – F – F.

17. Sobre a temática "Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro" analisa as afirmativas abaixo e marque a **INCORRETA**:

- a) A Lei das Cotas fixou a obrigatoriedade da reserva de 50% de todas as vagas nas instituições federais de ensino para estudantes oriundos de escolas públicas, com renda per capita inferior a um salário mínimo e meio, e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.
- b) A Declaração de Durban reconheceu a discriminação existente em países onde não ocorreu segregação e, como medida de reparação aos danos causados, fixou os fundamentos jurídico-filosóficos que legitimam a adoção de ações afirmativas que possam corrigir ou mitigar as desigualdades e promover a igualdade.
- c) A legislação brasileira faculta, a cada ente federado, o direito de se organizar de maneira autônoma. Desta forma, não existe no Brasil uma lei geral estabelecendo a aplicação indiscriminada das ações afirmativas para todas as IES públicas federais, estaduais, municipais e distritais e para as privadas.
- d) As IES depararam-se com dificuldades de trabalhar com a diversidade, entre elas, a necessidade de conscientizar os professores a lidar com temas relacionados à autoestima dos alunos cotistas e não cotistas. Outra dificuldade, foi identificar que os resultados acadêmicos dos cotistas eram inferiores aos resultados dos alunos que ingressaram pelas vagas gerais.
- e) Ocorreram vários debates após a criação do Sistema de Cotas, Machado (2004), verificou que entre 2001 e 2003 foram realizados seminários e conferências sobre ações afirmativas, cotas, reserva de vagas etc.

18. No livro "História das Ideias Pedagógicas", Moacir Gadotti (2003) ressalta que "Esta síntese do pensamento pedagógico universal, dentro dos limites impostos pela utilização escolar a que se destina, é guiada por uma perspectiva dialética integradora. Procuramos, ao contrário, buscar uma integração desse enorme esforço feito através de séculos de prática e teoria educacional para encontrar os melhores meios de tornar a educação um instrumento de libertação humana e não de domesticação" (GADOTTI, 2003). Considerando a obra citada, relacione, **CORRETAMENTE**, os pensamentos pedagógicos e as afirmações abaixo.

**PENSAMENTOS PEDAGÓGICOS**

1. Os jesuítas (1549) - Pensamento Pedagógico Tradicional.
2. Lourenço Filho (1897-1970) - Pensamento pedagógico da Escola Nova.
3. Émile Durkheim (1858-1917) - Pensamento Pedagógico Positivista.
4. Emilia Ferreiro (1937) – Pensamento Pedagógico Construtivista.

**AFIRMAÇÕES**

(        ) A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

(        ) Do ponto de vista dos fins da educação, esse pensamento pedagógico entende que a escola deve ser o órgão de reforçamento e coordenação da ação educativa da comunidade: a educação é a socialização da criança.

(        ) Repetição na aula: no fim da aula, alguns alunos, cerca de dez, repitam entre si, por meia hora, o que ouviram e um dos discípulos da Companhia, se possível, presidia a decúria.

(        ) Piaget mostrou a necessária passagem por "erros construtivos" em outros domínios do conhecimento. A leitura e a escrita não podem ser uma exceção: encontramos também muitos "erros" no processo de conceitualização. É óbvio que, tratando de evitar tais erros, o professor evita que a criança pense. No outro extremo, temos erros produtos do método, resultado de uma aplicação cega de uma mecânica.

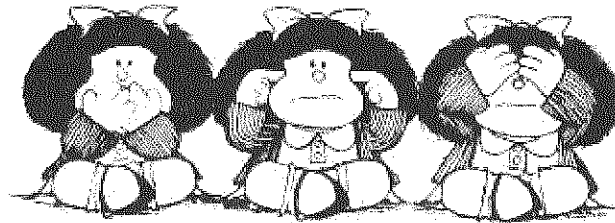
A sequência **CORRETA** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) 1 – 2 – 3 – 4.
- b) 3 – 2 – 1 – 4.
- c) 2 – 3 – 1 – 4.
- d) 3 – 2 – 4 – 1.
- e) 1 – 3 – 2 – 4.

19. Sobre a relação ensino e aprendizagem, relacione as tirinhas de Quino com o livro Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (1996) e marca a alternativa **CORRETA**:



Fonte: <https://midias.agazeta.com.br/2020/10/04/article-03brsjvm6g2.png>



Fonte: <https://midias.agazeta.com.br/2020/09/30/ultima-tira-da-personagem-mafalda-criada-em-1973-pelo-argentino-joaquin-lavado-o-quino-329448-article.jpg>

- a) Ensinar exige criticidade: é nesse sentido que o professor com autoridade, que por isso mesmo afoga a liberdade do educando, amesquinhando o seu direito de estar sendo curioso e inquieto, tanto quanto o professor licencioso rompe com a radicalidade do ser humano – a de sua inconclusão assumida em que se enraíza a eticidade.
- b) Ensinar exige liberdade e autoridade: o autoritarismo e a licenciosidade são rupturas do equilíbrio tenso entre autoridade e liberdade. O autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade contra a liberdade e a licenciosidade, a ruptura em favor da liberdade contra a autoridade. Autoritarismo e licenciosidade são formas indisciplinadas de comportamento que negam o que venho chamando a vocação ontológica do ser humano. (...) O bom seria que experimentássemos o confronto realmente tenso em que a autoridade de um lado e a liberdade do outro, medindo-se, avaliassem e fossem aprendendo a ser ou a estar elas mesmas, na produção de situações dialógicas.
- c) Ensinar não é transferir conhecimento: o professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à autonomia do aluno.
- d) Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos: é a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos a-históricos do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando.
- e) Ensinar exige rigorosidade metódica: o professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigorosidade do pensar certo, utiliza a fórmula do “faça o que mando e não o que eu faço”.

20. De acordo com o art. 1º da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), “As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. E aborda, em seu parágrafo único, que “No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita”.

Em relação a Lei de Cotas, assinala a alternativa **CORRETA**:

- a) Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.
- b) As instituições deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nessa Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 10 (dez) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nessa Lei.
- c) No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado, integralmente, o ensino médio em escola pública ou privada.
- d) A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República e a Fundação Nacional do Índio (Funai) serão os órgãos responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa.
- e) As instituições deverão implementar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da reserva de vagas prevista nessa Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nessa Lei.

21. O Programa de Ações Afirmativas (PROAAf) tem a finalidade de promover a democratização do ingresso e permanência de estudantes oriundos de Escola Pública, indígenas, quilombolas, estudantes com deficiência e transgênero, nos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Referente ao PROAAf, assinala a alternativa **INCORRETA**:

- a) O PROAAf tem como um dos objetivos ofertar vagas para candidatos Indígenas, Quilombolas, deficientes e transgêneros mediante habilitação em Processo Seletivo Específico.
- b) É um dos objetivos do PROAAf atender o que dispõe a Lei nº 12.711/2012, no que se refere à integralidade da reserva de vagas para candidatos oriundos de Escola Pública.
- c) Serão reservadas 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas na graduação, por curso e turno, para candidatos com deficiência, que comprovem tal condição através de laudo médico.
- d) Poderão concorrer às vagas reservadas para as pessoas transgênero aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando de seu nascimento, cabendo-lhes autodeclararem essa condição, bem como apresentarem, no ato da inscrição, certidão de nascimento de inteiro teor (ou número de protocolo do processo administrativo para retificação) e/ou outro documento com nome social.
- e) O candidato que não comprovar ter deficiência perderá a vaga e será excluído do certame. A comprovação consiste em laudo médico com código da deficiência nos termos da Classificação Internacional de Doenças (CID).

22. Assinala a alternativa **INCORRETA** referente ao tripé ensino-pesquisa-extensão nas universidades públicas federais.

- a) A ideia de associação entre ensino, pesquisa e extensão foi gerada por movimentos sociais durante o período de elaboração da Constituição Federal de 1988.
- b) A coexistência de dois modelos de ensino superior no Brasil, as IES neoneapolitanas, destinadas à formação técnico profissional dos estudantes, e as IES neohumboldtianas, voltadas à formação de profissionais pesquisadores.
- c) A associação entre as funções de ensino, pesquisa e extensão se realiza, exclusivamente, no professor e no estudante e trata-se de uma tarefa individual, não institucional.
- d) A universidade brasileira tem sido, ao longo de sua história, palco de disputas entre diferentes projetos de sociedade, que se manifestam em diferentes modos de conceber o papel social dessa instituição e, conseqüentemente, sua forma de organização e de financiamento.
- e) As matrizes conceituais que orientam os diferentes paradigmas de universidade, denotam que o ensino pode servir à formação profissional. Porém, sem pesquisa e extensão, o ensino tende a reduzir-se ao aprendizado de técnicas, sem requerer a compreensão do significado social dessa mesma profissão e do profissional que a executa.

23. Sobre o Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante (PDE) da FURG, analisa as afirmações abaixo.

I - O Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante (PDE) visa promover o desenvolvimento pleno do estudante universitário regularmente matriculado em cursos de graduação ou de pós-graduação, contemplando o apoio pedagógico, a formação ampliada e a assistência básica.

II - O Subprograma de Apoio Pedagógico visa promover a melhoria do desempenho acadêmico do estudante por meio de ações específicas para melhorar o processo educativo do estudante.

III - O Subprograma de Formação Ampliada visa integrar o estudante à vida universitária por meio de ações individuais, com foco nas disciplinas curriculares.

IV - As ações de assistência básica abrangem auxílios à alimentação, moradia, transporte, pré-escola, permanência e necessidades especiais, considerando as demandas dos estudantes.

V - Para fins de implantação e acompanhamento do PDE, fica instituído o Comitê de Acompanhamento e Avaliação, a ser designado por portaria do reitor e composto por um representante da PRAE, dois representantes dos discentes da graduação e um representante dos discentes da pós-graduação.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmações:

- a) I e III.
- b) II e V.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I, II e IV.

24. No texto "Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário", de Nadia Gaiofatto Gonçalves (2015), a autora aborda a consolidação do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão como um desafio contemporâneo, apesar de ser estabelecido como dever para as Universidades, no art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), tratando-se de instituições de ensino superior públicas. Ou seja, de acordo com a Constituição, necessariamente, o princípio da indissociabilidade deve perpassar a formação promovida e ofertada por essas instituições, não sendo opcional a sua implantação. De acordo com o texto mencionado, assinala com V (verdadeiro) ou com F (Falso) as afirmações abaixo.

( ) A indissociabilidade é reiterada como um dos cinco princípios da Extensão Universitária: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social. Além disso, compartilham desafios que decorrem da história e da conjuntura atual sobre a Universidade pública.

( ) A Indissociabilidade deve ser pensada de forma isolada, considerando-a como fim em si mesma.

( ) O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão pode ser compreendido como uma resposta às demandas sociais por uma Universidade socialmente responsável, que dialogue ativamente com diversos setores da sociedade e que proponha uma formação e produção de conhecimento em diálogo com as necessidades sociais.

( ) O princípio da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão constitui uma proposição filosófica, política, pedagógica e metodológica para a formação e o conhecimento desenvolvidos na e pela Universidade, reiterada na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e, por isso, continua tendo validade e sendo utilizado como referência nas discussões acerca da Universidade no Brasil.

A ordem **CORRETA** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F – F – V – F
- b) V – F – V – V
- c) F – V – V – V
- d) V – F – V – F
- e) V – V – F – F

25. A destinação de vagas estabelecida pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) para as universidades federais e as instituições federais de ensino técnico de nível médio é considerada, notadamente no contexto brasileiro, um avanço no que diz respeito à inclusão. A referida lei é o reconhecimento de uma dívida histórica que o Brasil tem, especialmente, para com a população negra e indígena. Considerando que essa Lei sofreu alteração pela Lei nº 13.409/2016, assinala a alternativa **CORRETA** quanto à modificação dada.

- a) Inclusão dos estudantes que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas.
- b) Inclusão de vagas destinadas para pessoas com deficiência.
- c) Inclusão de estudantes que tenham cursado, integralmente, o Ensino Médio em escolas públicas.
- d) Inclusão de estudantes com renda per capita de até 1,5 salário mínimo e que cursaram, integralmente, a educação básica em escolas públicas.
- e) Inclusão de vagas destinadas para pessoas com TEA.

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					